

Ambiguidade como Estratégia? Pluralismo, Dogmatismo e Coesão Comunitária na APSA

Melina Mörschbacher

PPG Ciência Política | UFRGS | CNPq | E-Mail: melina.ufrgs@gmail.com

Enzo Lenine Nunes Batista Oliveira Lima

PPG Ciência Política | UFRGS | CAPES | E-Mail: leninelima@gmail.com

Paulo Peres

PPG/DCP Ciência Política | UFRGS | FAPERGS | E-mail: peres.ps@gmail.com

RESUMO: Neste artigo analisamos o perfil das publicações de duas revistas editadas pela Associação Norte-Americana de Ciência Política [APSA]: a *American Political Science Review* [APSR] e a *Perspectives on Politics* [PoP]. Nossa proposta é classificar tais artigos de acordo com as abordagens metodológicas e o paradigma adotado, com o objetivo de avaliar se essas revistas têm investido mais no pluralismo ou no dogmatismo científico. Os achados empíricos da análise classificatória de mais de 1500 artigos são surpreendentes, pois mostram que, ao contrário do que afirma a literatura de história da Ciência Política, o neo-institucionalismo não é um paradigma hegemônico, pelo menos no mais renomado periódico acadêmico da área [APSR]. Por outro lado, o dogmatismo se manifesta na metodologia, uma vez que se privilegia artigos que recorrem à quantificação, o que, de fato, justifica os recentes movimentos de protesto contra a “ditadura do método”. Concluímos com a defesa de que, diante das rebeliões contra o dogmatismo, a APSA vem investindo numa estratégia da ambiguidade por meio de suas duas revistas. Enquanto a APSR mantém o dogmatismo dos métodos quantitativos, a PoP abre espaço para o pluralismo metodológico, reduzindo, portanto, o conflito no interior da comunidade.

PALAVRAS-CHAVE: Paradigmas da Ciência Política; Neo-Institucionalismo; Comportamentalismo; Metodologia

INTRODUÇÃO

De acordo com a literatura especializada na evolução histórica da Ciência Política (Almond, 1990; Dryzek, 2006; Adcock and Bevir, 2005; Easton, 1969; Wahlko, 1978; March and Olsen, 2006, 2008; Miller, 1997; Peters, 1999), pelo menos desde meados do século XX, formou-se um consenso teórico-metodológico na comunidade norte-americana em torno de certos ideais científicos que garantiram a hegemonia de um único paradigma durante determinados períodos. Do ponto de vista epistemológico, essa situação garantiria a prática da ciência normal (cf. Kuhn, 2009) no âmbito de uma comunidade acadêmica com elevado grau de dogmatismo quanto aos métodos e às abordagens consideradas modelares para as investigações verdadeiramente científicas. Segundo essa “história oficial”, nos anos 1950 houve uma revolução de paradigma na disciplina, resultando na hegemonia do comportamentalismo, que

suplantava as abordagens tradicionais. Depois, o paradigma comportamentalista teria sido superado pelo neo-institucionalismo a partir dos anos 1980, que, por sua vez, veio a se tornar o atual paradigma hegemônico na Ciência Política. Desse modo, apesar de suas diversas ramificações, a literatura histórica e metodológica ainda considera o neo-institucionalismo como o paradigma hegemônico, uma vez que os pesquisadores convergem para uma premissa crucial: a preponderância das instituições políticas na explicação dos fenômenos estudados.

Desse modo, o dogmatismo que privilegiava o comportamentalismo até o final dos anos 1970 teria sido substituído por outro dogmatismo, representado pela hegemonia do paradigma neo-institucionalista, em detrimento, portanto, de qualquer forma de pluralismo teórico-metodológico. Sendo isto verdadeiro, é possível supor que, na *American Political Science Association*, a maior e mais prestigiosa associação profissional de Ciência Política do mundo, formou-se algum consenso majoritário em torno do neo-institucionalismo. Por extensão, é igualmente plausível esperar que a *American Political Science Review* tenha refletido essa evolução em seu perfil editorial, privilegiando, nesse período, a publicação de artigos que estavam de acordo com as diretrizes científicas do neo-institucionalismo.

Já há várias décadas, a *American Political Science Review* [APSR] é uma das mais importantes revistas de sua área de conhecimento. Editada desde 1906 pela APSA, a APSR atua não apenas como um espaço para o debate acadêmico e a publicação de resultados de investigações empíricas e estudos teóricos, mas também como instrumento de sinalização dos ideais científicos a serem seguidos pela comunidade dos pesquisadores. Isso porque, por meio de sua linha editorial e da seleção dos artigos publicados, a revista acaba sinalizando o modelo desejável de pesquisa científica para a Ciência Política, indicando os parâmetros teóricos, epistemológicos e metodológicos que devem ser seguidos por aqueles que quiserem pertencer à “elite” dessa comunidade que se organiza em torno da *American Political Science Association*.

Justamente por esse caráter de balizamento dos parâmetros dos valores científicos da comunidade, tanto a APSA como a APSR podem ser considerados espaços institucionais de disputa política entre seus membros. Essa competição pode ser mais ou menos acirrada em função do grau de fragmentação de suas subcomunidades de pesquisadores e do grau de suas divergências teóricas e metodológicas. Evidentemente, a existência de um paradigma hegemônico demanda elevado nível de consenso entre os cientistas, e tal consenso nem sempre é possível, pois depende do grau de coesão interna de seus membros em relação ao que deve ser

entendido como a melhor prática científica. A Ciência Política, por exemplo, assim como as outras Ciências Sociais, é teórica e metodologicamente bastante heterogênea, o que dificulta o estabelecimento incontestado de um paradigma hegemônico.

Consequentemente, discordâncias e até dissidências podem levar à formação de outras associações e à edição de outras revistas científicas que privilegiem temas e abordagens de naturezas diversas. Isso, de fato, ocorre. Não obstante, nada impede que tais discordâncias e resistências, ao invés de levarem à ruptura de alguns grupos com a comunidade estabelecida, ao contrário, instale uma competição no interior da própria organização pelo controle dos seus meios de produção das ideias científicas a serem seguidos. Se alguma unidade majoritária for possível, haverá um arranjo conflitivo favorável ao grupo predominante, expresso nas instâncias acadêmicas na forma de dogmatismo teórico-metodológico. Se, inversamente, os grupos forem muito fragmentados e algum consenso majoritário for inatingível, qualquer associação refletirá um arranjo cooperativo na forma da adoção de certo grau de pluralismo teórico-metodológico.

No caso da *American Political Science Association*, em princípio, todas essas hipóteses teriam reflexos detectáveis no perfil editorial de suas publicações, na forma de pluralismo ou dogmatismo das abordagens no que se refere aos paradigmas e às metodologias utilizadas pelos pesquisadores. Em realidade, ainda de acordo com a literatura especializada, a APSA e a APSR acabaram se tornando tão dogmáticas do ponto de vista do ideal científico que provocaram rebeliões no interior da comunidade, como foi o caso do movimento Perestroika, por exemplo, cuja “insurgência” teria sido motivada pela defesa de maior pluralismo teórico-metodológico na Ciência Política norte-americana, uma área profissional dominada institucionalmente pela APSA (Caterino and Schram, 2006^a; Schram, 2006; Flyvberg, 2006; Luke, 2006; Jackson, 2006; Schwartz-Shea, 2006; Shapiro, Smith and Masoud, 2004; Shapiro, 2004; Sil, 2004; Marsh and Savigny, 2004; Berndtson, 1987).

Em resposta aos “levantados” no interior da comunidade científica a *American Political Science Association* resolveu lançar, em 2003, uma nova revista, a *Perspectives on Politics* [PoP],¹ mais flexível em termos de estilística e plural do ponto de vista

¹ Além da *American Political Science Review* e da *Perspectives on Politics*, a APSA também edita a *PS: Political Science and Politics*, desde 1968. Esta revista é totalmente dedicada a artigos curtos que trazem reflexões críticas e debates sobre a disciplina. Não consideramos este periódico em nossa análise

teórico-metodológico.² Inclusive, esse periódico passou a acomodar em suas páginas o prestigioso *Presidential Address*, o discurso anual que o presidente da APSA que deixa o cargo endereça à comunidade, geralmente apresentando o “estado geral” da profissão. Mas, será que realmente há um grupo majoritário que vem impondo seu paradigma de forma hegemônica na APSR? Ou será que, ao contrário, a revista vem investindo em algum pluralismo científico? A criação da *Perspective on Politics*, há dez anos atrás, contemplaria as demandas por pluralismo teórico-metodológico? Que estratégias poderiam ser deduzidas da análise dessas revistas no que se refere à atuação da APSA na promoção de coesão na comunidade acadêmica?

Para responder a tais questões analisamos aqui todas as edições da APSR [de 1980 até 2012] e da PoP [de 2003 até 2012], classificando seus artigos de acordo com o tipo de abordagem metodológica e o paradigma utilizado. Nosso objetivo é delinear o perfil dos artigos publicados nessas revistas para identificarmos a política editorial que a APSA vêm adotando nos últimos 30 anos no que se refere ao grau de pluralismo ou dogmatismo teórico-metodológico. Para isso, adotamos a abordagem histórico-sociológica e institucional da ciência desenvolvida por Thomas Kuhn, cuja ênfase recai nos valores da comunidade científica e nas disputas entre grupos que tentam impor seus respectivos paradigmas como ideais a serem seguidos de forma hegemônica.

Como mostraremos, os resultados parecem refletir uma estratégia que recorre à ambiguidade, combinando pluralismo com dogmatismo. Enquanto a APSR sinaliza certo dogmatismo científico, principalmente em relação aos métodos quantitativos, a PoP se apresenta como um espaço alternativo às tendências de publicações científicas da área, abrigando em suas páginas estilos variados e dando maior ênfase aos métodos qualitativos. Esse caráter mais pluralista da PoP não apenas se reflete nos artigos publicados como também é explicitamente anunciado em suas notas editoriais. Assim, a APSA garante o dogmatismo dos métodos quantitativos e, ao mesmo tempo, ameniza as tensões internas permitindo alto grau de pluralismo nas páginas da PoP. Além disso, apresentamos um conjunto de dados que contesta as alegações da literatura em relação à hegemonia do paradigma neo-

porque sua linha editorial não é voltada diretamente ao problema que nos interessa discutir neste trabalho.

² Esse viés mais pluralista foi declarado já na primeira nota editorial (Hochschild, 2003) e continua explicitado pela própria revista na descrição de seus objetivos: “*Perspectives on Politics* seeks to provide a space for broad and synthetic discussion within the political science profession and between the profession and the broader scholarly and reading publics. Such discussion necessarily draws on and contributes to the scholarship published in the more specialized journals that dominate our discipline. At the same time, *Perspectives* seeks to promote a complementary form of broad public discussion

institucionalista, pelo menos nas páginas das principais revistas da APSA. A análise mostra que, ao contrário, o neo-institucionalismo convive de igual para igual com o comportamentalismo.

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

A prática científica pode ser analisada sob três aspectos: [1] os fundamentos do conhecimento, remetendo aos processos cognitivos do sujeito e suas condições de apreensão dos fenômenos externos; [2] os critérios de validação do conhecimento por meio da utilização de determinado protocolo de investigação, o que implica a análise da lógica da prática científica, seja em termos linguísticos —afirmações substantivas e predicativas sobre o objeto—, seja em termos metodológicos; e [3] a evolução e sucessão de teorias explicativas de acordo com a concepção que os investigadores têm acerca do universo de investigação —o que envolve seus valores, seus compromissos, suas disputas e as bases psicológicas e sociológicas de sua comunidade.

No primeiro tipo de análise, encontramos as tradicionais abordagens filosóficas da teoria do conhecimento, cuja tradição, *grosso modo*, e de forma muito esquemática e simplificada, podemos dizer que remonta às reflexões platônicas acerca da natureza racional e abstrata do conhecimento “verdadeiro”, passam pelo racionalismo igualmente abstrato de Descartes, pelo empirismo de Locke e o ceticismo de Hume, culminando na “síntese” do racionalismo crítico kantiano. Discutir o conhecimento, nesse caso, era discutir qualquer forma de conhecimento humano, tendo o foco voltado aos processos cognitivos do indivíduo nas relações sujeito/objeto, de modo a se avaliar as condições de certeza acerca da apreensão do mundo exterior pelos sentidos ou pelo intelecto; ou ainda pela interação desses dois fatores.³

No segundo caso, encontramos a ruptura com a teoria do conhecimento; portanto, com a epistemologia centrada no sujeito que conhece e em suas condições mentais e cerebrais de apreensão do mundo exterior. Essa ruptura foi provocada pelos positivistas lógicos, de uma parte, e por Popper (1974), de outra. Os positivistas lógicos se concentraram exclusivamente nos processos de conhecimento científico,

³ Discussões aprofundadas sobre tais aspectos e autores podem ser encontradas, por exemplo, em Armstrong (1973), Chisholm (1977) e Audi (1998). Mas, obviamente, há uma lista interminável de estudos dedicados seja à história das teorias sobre o conhecimento ou entendimento humano, seja às teorias epistemológicas de pensadores específicos. Nesse sentido, as consultas à literatura podem ser bastante variadas e extensas, conforme a disponibilidade e o interesse.

abandonando a antiga abrangência da teoria do conhecimento, a qual se preocupava com toda e qualquer forma de apreensão do mundo. Cuidaram ainda de afastar a filosofia tanto do campo da prática científica como da própria investigação acerca das condições de justificação do conhecimento. Para isso, sua epistemologia investiu na estratégia de dividir a análise da ciência em duas esferas: o *contexto da descoberta* e o *contexto da justificativa*.

O *contexto da descoberta* consistia na etapa em que as teorias são formuladas, são construídas, desenhadas. Para os positivistas lógicos, essa etapa era muito subjetiva e não cabia ao analista da ciência qualquer investigação lógica sobre esse contexto. Já o contexto da justificativa, sim, era passível de análise objetiva e lógica, além de ser a etapa mais característica da prática científica, pois se tratava do conjunto de critérios de validação das proposições de uma dada teoria sobre o mundo empírico. Somente o conhecimento científico é justificado, ou seja, é confirmado empiricamente. A garantia da verdade de uma proposição científica reside, em primeiro lugar, na consistência lógica dos enunciados de uma teoria, o que demanda uma análise lógica e linguística. Em segundo lugar, a garantia da verdade de uma proposição é sua validade empírica, garantida pela verificação de hipóteses e a formulação de generalizações empíricas probabilísticas.⁴

Mantendo a proposta de separação entre o *contexto da descoberta* e o *contexto da justificativa*, Popper (1974) criticou os positivistas lógicos em relação ao seu desprezo pela filosofia. Segundo ele, embora o *contexto da descoberta* não seja o objeto próprio da epistemologia, ainda assim, ele é algo da mais alta relevância, pois uma teoria científica precisa de ser formulada corretamente no *contexto da descoberta*, e a filosofia poderia contribuir enormemente nessa etapa. Critica também os positivistas lógicos por sua insistência na defesa do método indutivo como o verdadeiro método científico, o que os levou à adesão ao procedimento da verificação de hipóteses e à crença enganosa de que é possível propor alguma lei, mesmo probabilística, definitiva sobre os fenômenos.

Para Popper (1974), portanto, não é possível ter a certeza de que uma teoria é cabalmente verdadeira. Segundo sua perspectiva, a ciência deve operar com um método dedutivo, voltado ao teste empírico de teorias até que estas se mostrem resistentes e possam ser corroboradas. A corroboração não significa a validação

⁴ Para um maior aprofundamento na emergência histórica do positivismo lógico, sugerimos a leitura de Giere and Richardson (1997), Kraft (1953), Ayer (1959) e Friedman (1999). Para maiores detalhes dos elementos epistemológicos, indicamos a leitura de Achinstein and Barker (1969), Bergmann (1954) e Mises (1951).

definitiva, mas apenas que as teorias são provisoriamente verdadeiras, uma vez que ainda não foram falsificadas. Isso significa que a ciência é ou deve ser a prática de falsificação de teorias, e o *contexto da justificativa* é a esfera da formulação dos métodos de falsificação. Estes sim seriam os objetos próprios da epistemologia.⁵

Thomas Kuhn entra nesse debate no momento de surgimento da chamada “nova filosofia da ciência”, que se desenvolveu a partir dos anos 1940, sob a influência da sociologia do conhecimento e da “nova história da ciência” (cf. Pérez Ransanz, 1999; Hoyningen-Huene, 1993). Kuhn (2009) destaca que a prática científica do “mundo real” não tem qualquer relação com a abordagem idealista, formal e lógica das abordagens tradicionais, essencialmente filosóficas. Segundo a “nova filosofia da ciência”, os cientistas se organizam em comunidades semelhantes a quaisquer outras e sua coesão se dá em torno de valores comuns e crenças. Nesse sentido, a prática científica não é descrita acuradamente pela análise do *contexto da justificativa*, mas, pelo contrário, pelo *contexto da descoberta*. O mais importante é analisar como as teorias são construídas e aceitas pela comunidade, e como tais teorias promovem uma coesão em torno de valores científicos que passam a ser comuns, e que levam à percepção do mundo de uma forma já pré-determinada por esses mesmos valores. Os cientistas não investigam objetos que estão no mundo, mas constroem os objetos que investigam num mundo que também é por eles concebido.⁶

Assim, a cosmologia da comunidade define os problemas legítimos a serem investigados, as formas aceitáveis de aborda-los e as soluções válidas. Por isso, é totalmente desnecessária a preocupação exclusiva com os critérios de justificação de teorias, uma vez que a justificação não é neutra, mas sim parte do próprio *contexto da descoberta*. As teorias já antecipam as explicações, pois “criam” os objetos e a metodologia adequada à sua apreensão. Em outras palavras, as teorias não apenas criam os objetos e as hipóteses, mas também os mecanismos de verificação ou comprovação.

Para Kuhn (2009), os cientistas não estão preocupados em falsificar suas teorias, mas em se aprofundar na investigação de um universo que eles mesmos criaram, e, assim, na resolução de enigmas ou quebra-cabeças postos pela própria teoria. As teorias lhes dão o objeto, os problemas, as perguntas, as hipóteses, a metodologia, os dados empíricos pertinentes e as formas aceitáveis de validação. As

⁵ Para quem quiser maiores detalhes da teoria de Popper, recomendamos a leitura direta das seguintes obras do autor: Popper (1974, 1980, 1999).

⁶ Discussões mais aprofundadas sobre a teoria kuhniana podem ser encontradas em Bird (2000), Fuller (2000), Pérez Ransanz (1999) e Hoyningen-Huene (1993).

teorias propõem um jogo de resolução de enigmas e põem a comunidade a resolvê-los de acordo com as regras e os valores por ela estabelecidos. Os cientistas entram nesse jogo para mostrar suas destrezas e habilidades para resolver esses quebra-cabeças, cujas soluções já são antecipadas e previstas pela teoria. Esse conjunto de regras e objetivos do jogo, bem como suas modalidades de resolução, estabelecem um padrão de investigação científica que será seguido por todos os membros da comunidade. Trata-se, então, de um *paradigma*. De acordo com Kuhn (2009, 13), “os *paradigmas* são (...) realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante um certo período, fornecem problemas e soluções-modelo para uma comunidade de especialistas”.

A partilha de valores científicos comuns e a crença numa cosmologia que lhes diz o que é o universo, quais são suas entidades fundamentais, como ele “funciona”, quais são os problemas dignos de serem enfrentados, permitem à comunidade científica a adesão a uma teoria que estabelece, em conexão com essa cosmologia, os conceitos que melhor descrevem esse universo —ou a parte mais importante dele—, o objeto central de qualquer investigação, as hipóteses a serem confirmadas e os instrumentos metodológicos a serem utilizados. Persistindo esse consenso em torno de um *paradigma*, ele se torna hegemônico e os pesquisadores passam a se dedicar àquilo que Kuhn (2009, 31, 32) chamou de *ciência normal*, ou seja:

(...) a investigação firmemente baseada numa ou mais realizações científicas passadas; realizações essas que uma certa comunidade científica reconhece por um tempo como base do trabalho que realiza. Essas realizações aparecem descritas em manuais científicos, sejam eles elementares ou avançados (...). Esses manuais expõem o corpo teórico aceito, exemplificam muitas ou todas as suas aplicações bem sucedidas e comparam essas aplicações com observações e experiências científicas exemplares. (...) Exemplos que reúnem leis, teorias, aplicações e instrumentos [que] fornecem modelos que dão lugar a uma determinada tradição de investigação científica coerente.

Essa tradição de pesquisa, por sua vez, evolui historicamente na medida em que é capaz de se reproduzir, ou seja, na medida em que é capaz de recrutar novos membros para a comunidade e treina-los de tal modo que eles passem a compartilhar da mesma cosmologia e, assim, a operar com o mesmo *paradigma* científico. Pertencer à comunidade é aceitar os valores partilhados, submeter-se à autoridade dos mais “antigos” e respeitados membros do grupo, dominar a mesma linguagem, os ritos, crenças, regras de comportamento, etc. Desse modo, o pertencimento à

comunidade científica formada em torno de algum *paradigma* demanda um processo de iniciação; mais propriamente, de socialização, conforme observa Kuhn (2009, 32):

O estudo dos *paradigmas* (...) é aquilo que prepara fundamentalmente o estudante para se tornar membro da comunidade científica no seio da qual exercerá sua prática. Pelo fato de se associar a pessoas que aprenderam as bases do seu campo de trabalho com os mesmos modelos, a sua prática subsequente dificilmente suscitará discordância aberta sobre questões fundamentais. As pessoas cuja investigação se baseia em *paradigmas* partilhados empenham-se em seguir as mesmas regras e critérios de prática científica.

Além da educação formal dos novos cientistas, outro mecanismo, poderíamos dizer, institucional de reforço e reprodução do *paradigma* envolve os rituais de comunicação dos esforços bem sucedidos de resolução dos enigmas postos pelas teorias hegemônicas. Encontros científicos e revistas acadêmicas são exatamente os espaços institucionais nos quais a *ciência normal* é apresentada à comunidade e novos exemplos de “bom funcionamento” do *paradigma* são oferecidos, reforçando a confiança dos membros em seus valores científicos no *paradigma hegemônico*.

Nesse contexto, as direções das associações científicas, os organizadores dos encontros acadêmicos, os editores das revistas que publicam as pesquisas cumprem a importante função de “guardiões do *paradigma*”. Nada que discrepe dos modelos exemplares de proposição e resolução dos problemas científicos postos pelo *paradigma hegemônico* será aceito facilmente nos encontros e nas revistas científicas. Nada que implique em “quebrar” o consenso será tolerado tranquilamente, pois, aquilo que desafia o *paradigma*, desafia a comunidade mesma, desafia sua cosmologia, seu mundo, seu universo, sua própria existência. Por isso, segundo Kuhn, as *ciências maduras* são ciências que operam com um *paradigma hegemônico* e, portanto, são dogmáticas, são refratárias à inovação e ao pluralismo. Qualquer mudança só é tolerada quando o *paradigma* está em crise, em decorrência de *anomalias empíricas* que já não podem mais ser desconsideradas ou evitadas. Mas isso significa não apenas a *crise do paradigma*, significa igualmente a crise da comunidade, que terá que se refazer totalmente em torno de um novo *paradigma* que deverá se tornar hegemônico.

Portanto, seguindo a teoria da ciência de Thomas Kuhn, é possível dizer que a ciência é uma prática comunitária, repleta de valores na forma de ideais científicos, que acomoda disputas entre grupos pela imposição de suas teorias explicativas e que as teorias adotadas de forma consensual levam à *ciência normal*, ou seja, aquela que opera de acordo com o *paradigma hegemônico*, um exemplar na *resolução de enigmas*

colocados pelo próprio *paradigma*. Objetivamente, o predomínio de um *paradigma* pode então ser detectado pela análise dos temas abordados nos encontros científicos e pelo perfil editorial das revistas acadêmicas. Lá devem estar expressos o ideal de ciência compartilhado pela comunidade, na forma de problemas investigados, teorias adotadas e metodologias mobilizadas.

Neste trabalho, adotamos esse enquadramento teórico, com a aplicação do conceito de *paradigma hegemônico* e a perspectiva evolutiva focada na sucessão de *paradigmas* por meio de revoluções científicas. Esse tipo de abordagem, inclusive, já vem sendo utilizado por analistas da área desde os anos 1956 (eg. Truman, 1965; Ball, 1976; Polsby, 1998; Peres, 2008). De acordo com essas análises, e a de outros autores que se concentraram na evolução histórica da Ciência Política norte-americana (Almond, 1990; Dryzek, 2006; Adcock and Bevir, 2005; Easton, 1969; Wahlko, 1978; March and Olsen, 2006, 2008; Miller, 1997; Peters, 1999), houve a sucessão de três *paradigmas hegemônicos*: (1) o antigo institucionalismo, que dominou a disciplina até o final dos anos 1940; (2) o comportamentalismo, cujo predomínio se estendeu até meados anos 1970; e (3) o neo-institucionalismo, o atual *paradigma hegemônico* dessa área científica. Desse modo, adotamos também a premissa analítica de que a principal revista acadêmica da área de Ciência Política, a *American Political Science Review* constitui relevante material empírico para a análise da existência ou não de algum *paradigma hegemônico* no âmbito da Associação Norte-Americana de Ciência Política.

Contudo, é importante fazer uma observação incontornável no caso da concepção de ciência de Thomas Kuhn. Embora tenha trazido a considerável contribuição de ter chamado a atenção para o fato de que qualquer ciência, mesmo as da natureza, está sujeita a valores que correspondem aos ideais de ciência de certa cosmologia que constrói o mundo a ser investigado, o autor adotou uma concepção de *ciência normal* que se aplica apenas às ciências da natureza. Se a *ciência normal* ocorre apenas no âmbito de um *paradigma hegemônico* e se a competição entre *paradigmas* é característica ou de momentos de crise ou de estágios pré-científicos, então, as ciências humanas, caracterizadas justamente pelas disputas, não são ciências maduras.

Mas, o problema não é só o caráter excludente dessa concepção de ciência normal; o problema é que essa concepção também não é realista e não descreve tão fielmente nem mesmo as ciências da natureza. Sem entrar demais nos detalhes e sem avançar em digressões que nos desviarão de nossos objetivos centrais, na própria

Física —mais precisamente na área de Astrofísica—, há algum tempo, estão em séria disputa pela explicação do surgimento do universo duas teorias ou *paradigmas* opostos: a teoria tradicional do Big-Bang e a Teoria das Cordas ou Supercordas, que aposta em múltiplos universos e na possibilidade de produzir uma “teoria de tudo”, capaz de unificar, em termos explicativos, as forças físicas conhecidas.⁷ Na Biologia, no campo da evolução, disputam teorias genéticas clássicas, centradas apenas no gene, e teorias hereditárias mais amplas, que consideram, inclusive, variáveis culturais e seus impactos a longo prazo nos próprios genes.⁸ Kuhn (2009) ainda desconsidera que, mesmo no caso de haver um paradigma dominante, o conflito não será de todo anulado, pois podem surgir disputas entre teorias explicativas que se abrigam no interior de um mesmo paradigma. A cosmologia pode ser a mesma, mas as teorias e a metodologia podem ser fonte de controvérsia.

Queremos dizer com tudo isso que o modelo teórico de Thomas Kuhn traz contribuições, mas apresenta, ele mesmo, certas *anomalias empíricas*. Elas não invalidam o essencial de sua proposta teórica, mas demandam ajustes. Esses ajustes consistem fundamentalmente em aceitar que a *ciência normal* abriga tanto conflitos como consensos. Há conflitos dentro do consenso, como no caso em que há disputas entre escolas ou abordagens que comungam do mesmo *paradigma*; há conflitos com consenso quando dois ou mais *paradigmas* são acomodados no âmbito da mesma comunidade, uma vez que são produzidos certos acordos de convivência visando ao bem maior de todos: a existência e a sobrevivência da comunidade profissional. Nossa suposição é que isso descreve melhor a prática científica de todas as áreas, principalmente as ciências humanas. Nela a *ciência normal* é precisamente a prática de disputas entre *paradigmas* e de competição entre escolas e tipos de abordagem no âmbito de um mesmo *paradigma*. A evolução dessas disputas pode induzir a certas estratégias de cooperação para reduzir ou superar o conflito em prol da comunidade, expressas nos desenhos institucionais adotados pelas associações e suas revistas.

Conforme o grau interno de fragmentação desses grupos, podemos encontrar quatro tipos de dinâmica de cooperação, conforme ilustrado no quadro abaixo. Cada dinâmica implicará certas estratégias institucionais para a redução do conflito em favor de algum grau de cooperação, pois disso depende a coesão da comunidade

⁷ Confira maiores detalhes nas seguintes obras introdutórias ao tema: Greene (2003), Polchinski (1998) e Davies and Brown (1992).

⁸ Uma ótima discussão sobre esse debate pode ser encontrada em Jablonka and Lamb (2005). Para uma discussão mais aprofundada acerca das hereditariedade para além dos genes, indicamos a leitura de Richard (2011); e sobre a influência do meio ambiente sobre os genes, sugerimos a discussão recente de Richard (2012).

científica. No primeiro caso [Tipo 1], quando houver baixa fragmentação com predomínio de um grupo majoritário, possivelmente ocorrerão conflitos de baixo impacto, sem maiores consequências, já que persistirá o predomínio inabalável da “vontade da maioria”. Em decorrência disso, poderemos esperar maior dogmatismo institucional, evidenciado pela hegemonia de algum *paradigma* ou de uma metodologia específica nas revistas, livros e encontros científicos.

Quadro 1. Tipos de Conflito/Cooperação Comunitárias em Função do Grau de Fragmentação e da Existência de Grupo Majoritário

		Grupo Majoritário	
		Sim	Não
Fragmentação	Baixa	Tipo 1	Tipo 3
	Alta	Tipo 2	Tipo 4

No caso do Tipo 2, combinando alta fragmentação com predomínio de um grupo majoritário, é provável que a “autoridade” seja exercida de forma quantitativamente “apertada”, ou seja, circunscrita à maioria absoluta ou à maioria relativa. Em circunstâncias de maioria absoluta “apertada”, poderemos esperar conflitos de alto impacto, e a prevalência da “vontade da maioria” será sempre ameaçada. Em casos de fragmentação com maioria relativa, também poderemos encontrar conflitos de alto impacto, mas com maior dificuldade para o predomínio de qualquer grupo. Em ambas as situações, haverá fortes incentivos para estratégias de acordos entre os grupos, que tenderão a formar alguma coalizão majoritária. Quando houver maioria absoluta, os incentivos serão menores; quando houver maioria relativa, os incentivos serão bastante fortes. Dinâmicas semelhantes serão encontradas nos Tipos 3 e 4; ou seja, sem grupo majoritário, com alta ou baixa fragmentação, somente haverá duas estratégias de cooperação para a manutenção de algum grau de coesão comunitária: (a) coalizão para formar algum grupo majoritário ou (b) convivência “pacífica” e acordada entre grupos diferentes.

Em suma, a coesão da comunidade científica depende de três tipos de estratégias de cooperação: (1) imposição do grupo majoritário, sem negociação, (2) formação de um grupo majoritário por coalizão e (3) alguma forma de coexistência tolerada e negociada entre grupos com poder de veto equivalente. Quando predomina um grupo majoritário prévio, podemos esperar maior dogmatismo científico; quando há alguma forma de coalizão ou de convivência entre diversos

grupos, provavelmente haverá maior pluralismo teórico-metodológico. Afinal, para que as coalizões sejam viáveis, os grupos recorrerão a acordos que implicam determinadas concessões favoráveis aos seus vieses analíticos, mesmo que sejam opostos ou até antagônicos.⁹ De outro modo, se o grau de fragmentação for tão elevado que mesmo uma coalizão entre grupos com ideias científicas mais próximas não produzir uma maioria absoluta confortável, ou no caso em que as coalizões forem dificultadas em virtude das distâncias dos valores científicos de cada grupo, teremos uma estratégia de cooperação sem coalizão, mas de convivência compartilhada que também favorece o pluralismo e, talvez, ainda mais elevado. Isso porque, embora as alianças sejam impraticáveis, o conflito é ruim para todos, o que significa dizer que a cooperação como um “acordo de cavalheiros” é a melhor estratégia para a comunidade manter-se intacta.

Considerando essas estratégias deduzidas desse modelo heurístico, é possível supor, como hipótese de trabalho, que a demarcação dos perfis editoriais da APSR e da PoP envolvem disputas políticas entre as diversas sub-comunidades da *American Political Science Association*. A menos que exista um grupo majoritário de cientistas que partilhem dos mesmos ideais de ciência e, por isso, sejam capazes de dominar a organização e estabelecer o perfil editorial das revistas, devemos esperar algum tipo de conflito entre grupos divergentes e, portanto, alguma forma de acordo de cooperação que possa superar tal conflito sem rupturas internas. Sob tal perspectiva, o pressuposto analítico que adotamos estabelece que os perfis das publicações dessas revistas sejam indicadores aproximados do grau interno de fragmentação da APSA. Sendo assim, se houver fragmentação a ponto de evitar o predomínio intransponível de uma visão majoritária acerca do que deve ser a ciência da política, teremos uma frequência bastante elevada de artigos que refletem esse ideal científico; se, ao contrário, encontrarmos algum grau de pluralismo, poderemos supor que existe uma estratégia cooperativa entre grupos com valores científicos diferentes, seja na forma de coalizão ou de “convivência pacífica”.

METODOLOGIA

Os dados analisados correspondem a uma classificação de 1322 artigos da *American Political Science Review* (APSR), abarcando as publicações de 1980 até 2012, e de 191

⁹ Por exemplo, se pesquisadores adeptos da Teoria da Escolha Racional se aliarem aos adeptos do Institucionalismo Histórico, julgando que suas abordagens institucionalistas são mais próximas do ideal científico do que as abordagens comportamentalistas, podemos esperar um perfil editorial que favoreça artigos com aqueles dois vieses analíticos.

artigos da *Perspectives on Politics* (PoP), desde sua primeira publicação, em 2003, até 2012. Vale ressaltar que, no presente estudo, foram considerados apenas os artigos de caráter científico, excluindo-se textos de outra natureza, como por exemplo, notas editoriais, informativos da associação, revisão de livros, simpósios e relatos das reuniões da APSA. Esse recorte visou à concentração da análise apenas no material relacionado diretamente com a produção do conhecimento na disciplina.

A classificação baseou-se em dois macro-critérios: *paradigma* e método. Criamos ainda diferentes subcategorias para abranger a diversidade de abordagens e técnicas de pesquisa de ambas as revistas. Com relação ao método, identificamos as seguintes categorias: Análise Teórica, Modelo Estatístico, Modelo Matemático, Análise de Texto, Teoria dos Jogos, Survey, Experimentos em Laboratório, Entrevista, Método Comparado, Estudo de Caso e Análise Histórica. No tange ao *paradigma*, seguindo as classificações canônicas da literatura especializada na história e metodologia da Ciência Política, adotamos as seguintes categorias: Neo-Institucionalismo [subdivisões: Histórico, Sociológico e Racionalista] e Comportamentalismo [subdivisões: Indutivo (análises de cultura política, análise de sistemas, comportamento eleitoral sob o viés sóciopsicológico, etc.) e Dedutivo (Teoria da Escolha Racional ortodoxa¹⁰). Incluímos ainda outras abordagens que não se enquadram em nenhum dos dois *paradigmas*: Teoria Política e Metodologia. A seguir, apresentamos a operacionalização destas categorias e subcategorias.

¹⁰ Entendemos que a Teoria da Escolha Racional, em sua versão inicial, a qual denominamos de ortodoxa, considerava as decisões individuais apenas no nível individual, seja das escolhas ou dos resultados. Depois da retomada do paradoxo das decisões coletivas, conforme discutido por Arrow (1951), ficou claro que as decisões políticas, diferentemente das decisões de mercado, não podiam ser concebidas como tomadas de decisão individuais, sem levar em consideração os constrangimento institucionais e os mecanismos sociais de agregação da racionalidade individual em resultados coletivos. Mostrando que as decisões políticas são decisões coletivas, o teorema de Arrow (1951) trouxe à tona o fato de que, na esfera pública, as decisões individuais devem ser agregadas de forma a constituírem uma vontade majoritária. A partir disso, foi possível deduzir que decisões racionais do ponto de vista individual não produzem resultados racionais do ponto de vista coletivo, a menos que sejam considerados os efeitos das regras institucionais que presidem o processo decisório, uma vez que tais regras são capazes de trazer a racionalidade às decisões políticas. Essa mudança de perspectiva manteve o foco no individualismo metodológico, mas possibilitou a reconsideração da importância das instituições políticas na agregação das decisões individuais e na mudança de comportamento dos atores em favor de ações estratégicas. Essa nova versão da Teoria da Escolha Racional é a que chamamos de heterodoxa, e se refere à contribuição introduzida por Riker (1980, 1990, 1997) na Ciência Política, sob a denominação de Teoria da Escolha Social. Desse modo, a Teoria da Escolha Racional heterodoxa é neo-institucionalista e tem como característica distintiva em relação à versão ortodoxa, que é comportamentalista, a consideração dos mecanismos de agregação das decisões individuais em resultados coletivos. A versão ortodoxa, muitas vezes, faz referência às restrições exógenas, como o Estado, a burocracia, etc., mas não considera os mecanismos institucionais de agregação das decisões individuais em resultados coletivos.

**Quadro 2. Operacionalização das Categorias
quanto ao Método Utilizado nos Artigos Publicados na APSR e na PoP**

<p>▪ Análise teórica [Qualitativa]: engloba as pesquisas sobre filosofia política (clássica, moderna e contemporânea), teoria política normativa, teoria política positiva, teoria das Relações Internacionais, epistemologia e metodologia.</p>
<p>▪ Modelo Estatístico [Quantitativo]: abarca todos os modelos estatísticos possíveis, desde simples porcentagens até regressões multivariadas. <i>Surveys</i> também estão inclusos, mas a contagem de pesquisas com esta técnica específica foi desagregada para fins de subcategorização.</p>
<p>▪ Survey [Quantitativo]: inclui as pesquisas que utilizaram levantamento por entrevistas fechadas aplicadas a amostras de populações.</p>
<p>▪ Modelo Matemático [Quantitativo]: abarca os modelos baseados em cálculo integral, equações diferenciais, álgebra linear, geometria euclidiana e não-euclidiana. Teoria dos jogos também está inclusa, mas sua contagem foi desagregada para fins de subcategorização.</p>
<p>▪ Teoria dos Jogos [Quantitativa]: abrange as teorias formais de relações interativas, nas modalidades de jogos tanto cooperativos como conflituosos.</p>
<p>▪ Análise de Texto [Qualitativa]: engloba análise de conteúdo, discursos e análise documental.</p>
<p>▪ Experimentos em Laboratório [Quantitativos/Qualitativos]: pesquisas que levaram pessoas para laboratórios ou para centros em que se podia utilizar um método quase-experimental.</p>
<p>▪ Entrevistas [Qualitativas]: informações levantadas por meio de questionários abertos ou outras técnicas qualitativas envolvendo a interlocução com atores centrais ao estudo.</p>
<p>▪ Método Comparado [Quantitativo/Qualitativo]: utilizado sempre em combinação com outras técnicas, principalmente com os modelos estatísticos, já que era nesta forma que mais constantemente aparecia.</p>
<p>▪ Estudo de Caso [Qualitativo]: estudos em profundidade de um caso específico, mesmo envolvendo técnicas de levantamento de informação mistas.</p>
<p>▪ Análise Histórica [Qualitativa]: abarca as pesquisas que se valeram de alguma análise de relações de causalidade histórica, como narrativas históricas e evolução cultural ou institucional.</p>

Quadro 3. Operacionalização das Categorias e Subcategorias quanto ao Paradigma Utilizado nos Artigos Publicados na APSR e na PoP

<p>▪ Paradigma Neo-institucionalista</p>
<p>▪ Pesquisas que priorizam como variáveis explicativas as regras ou instituições políticas como condicionantes do comportamento estratégico ou habitual dos atores políticos.</p>
<p>▪ Subdivisões do Neo-Institucionalismo</p>
<p>▪ Institucionalismo da Escolha Racional ou Institucionalismo Racionalista [IR]: Recorre à Teoria da Escolha Social ou Escolha Pública [versão heterodoxa da <i>Rational Choice Theory</i>] para enfatizar o comportamento estratégico dos atores em face das regras institucionais de tomada de decisão.</p>
<p>▪ Institucionalismo Sociológico [IS]: Categoriza as pesquisas que utilizam alguma teoria organizacional e variáveis sociológicas, como as instituições sociais ou os aparelhos de Estado e a burocracia para explicar o comportamento dos atores.</p>
<p>▪ Institucionalismo Histórico [IH]: Pesquisas que procuram analisar as mudanças institucionais em face dos interesses dos atores, destacando as influências recíprocas entre as instituições e o comportamento no processo de construção institucional.</p>
<p>▪ Paradigma Comportamentalista</p>
<p>▪ Pesquisas que focam as dimensões comportamentais da política, tomando o comportamento como variável a explicar os fenômenos políticos a partir da influência de instituições sociais e ou das preferências individuais.</p>
<p>▪ Subdivisões do Comportamentalismo</p>
<p>▪ Comportamentalismo Indutivo: Dá ênfase às agências de socialização, aos grupos de interesse e ao sistema político, realizando análises comparadas da cultura política, do desenvolvimento político e da modernização. Utiliza modelos estatísticos probabilísticos, com base em dados amostrais, buscando a proposição de generalizações empíricas.</p>
<p>▪ Comportamentalismo dedutivo: Utiliza matemática e teorização formal para modelar, de maneira dedutiva, as escolhas possíveis que atores racionais devem fazer em face de certas restrições exógenas com a finalidade de maximizar seu auto-interesse. Seu procedimento é dedutivo e se busca o teste de hipóteses derivadas de teoremas simples acerca das motivações básicas dos indivíduos. Sua lógica é crítica às inferências probabilísticas, em favor da detecção determinista de relações causais necessárias e suficientes. Sua premissa epistêmica é a do individualismo metodológico.¹¹</p>

Quadro 4. Operacionalização das Categorias quanto a outras Abordagens Utilizadas nos Artigos Publicados na APSR e na PoP

<p>▪ Teoria Política: Inclui análises da história do pensamento político, análise estrutural de teorias de outros autores, discussões filosóficas, teoria das relações internacionais e história da Ciência Política.</p>
<p>▪ Metodologia: Abrange as discussões epistemológicas e de método, tanto qualitativo como quantitativo.</p>

¹¹ Trata-se aqui da versão ortodoxa da Teoria da Escolha Racional, cuja preocupação central é a escolha que os atores fazem individualmente, sem levar em consideração os resultados coletivos da agregação das escolhas individuais e os arranjos institucionais responsáveis pela agregação e a estabilidade das decisões. Confira nota anterior.

ANÁLISE

Analisaremos as publicações em dois blocos. No primeiro, consideramos os métodos utilizados; no segundo, avaliamos os paradigmas adotados. Nossa intenção é checar se há o predomínio de algum método ou paradigma nos perfis editorial da APSR e da PoP. Com isso, pretendemos conferir se estão corretas as alegações da literatura sobre a história da Ciência Política norte-americana, que defende que o neo-institucionalismo é o paradigma hegemônico na disciplina desde os anos 1980 (cf. Almond, 1990; Dryzek, 2006; Adcock and Bevir, 2005; Easton, 1969; Wahlko, 1978; March and Olsen, 2006, 2008; Miller, 1997; Peters, 1999). Pretendemos conferir também se procedem as críticas recentes de parte da literatura identificada com o movimento da Perestroika, acerca de uma suposta “ditadura do método” na área, em detrimento do pluralismo científico (cf. Caterino and Schram, 2006^b).

Começamos pela análise dos métodos utilizados nos artigos publicados na *American Political Science Review*. Como se pode perceber na Tabela 1, houve um largo predomínio de análises teóricas e modelos matemáticos ao longo de todo o período considerado. Ocorreram dois picos no uso de modelos estatísticos, em 1995-1999 e em 2010-2012, embora neste último caso apenas três anos foram contabilizados, o que pode ter inflado a proporção.

Tabela 1. Distribuição da Frequência Proporcional de Artigos Publicados na American Political Science Review, de acordo com o Método Utilizado, [1980-2012]

Método	1980-84	1985-1989	1990-1994	1995-1999	2000-2004	2005-2009	2010-2012
Análise teórica	28,97	19,25	31,79	26,09	27,47	29,81	22,22
Modelo estatístico	29,91	26,29	33,85	40,22	40,11	32,21	51,59
Modelo matemático	9,81	15,49	10,26	13,59	11,54	9,62	11,11
Modelo matemático-estatístico	9,81	12,68	5,64	4,35	5,49	4,33	2,38
Survey	9,81	9,86	6,15	4,35	3,85	4,33	4,76
Teoria dos Jogos	1,87	8,45	7,69	4,35	1,10	4,33	0,79
Análise histórica	2,34	2,35	2,05	1,63	1,10	0,96	0,00
Estudo de caso	1,87	0,94	0,51	0,00	3,30	2,40	0,00
Análise de textos	1,87	0,00	0,51	0,00	2,75	6,25	2,38
Entrevistas	1,40	0,47	1,03	0,00	1,65	0,48	0,79
Experimentos de laboratório	0,93	0,47	0,51	1,09	0,55	2,88	1,59
Observação participante	0,00	0,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,79
Não se Aplica	1,40	3,29	0,00	4,35	1,10	2,40	1,59

Fonte: American Political Science Review

Na mesma tabela, destaca-se também um segundo grupo de metodologias, todas quantitativas: modelo matemático, modelo matemático-estatístico e *survey*. Já as técnicas de caráter qualitativo aparecem com uma frequência bastante reduzida, e o destaque negativo, nesse caso, é a utilização extremamente reduzida da observação participante, um método geralmente identificado com estudos antropológicos e, em algum grau, com certos estudos sociológicos.

Quando aplicada à revista *Perspective on Politics*, a mesma classificação mostra situação oposta, conforme os dados dispostos na Tabela 2. Podemos observar que os métodos predominantes são qualitativos e se concentram nas técnicas de análise teórica e análise histórica. Juntos, esses dois métodos apresentam uma frequência que ultrapassa 70% em ambos os períodos. Outras técnicas qualitativas, como entrevistas abertas e análise de texto apresentam frequências ínfimas. Além disso, assim como ocorre na APSR, a observação participante é usada muito raramente nos artigos publicados na PoP. Por outro lado, embora apareçam em terceiro lugar no *ranking* da tabela, análises com modelos estatísticos apresentam proporções sensivelmente reduzidas se comparadas com as dos métodos qualitativos. Não obstante, é preciso ressaltar que o uso de modelos estatísticos teve sua proporção dobrada do primeiro para o segundo período, enquanto as análises teóricas e históricas tiveram uma queda que não é desprezível.

Tabela 2. Distribuição da Frequência Proporcional de Artigos Publicados na *Perspective on Politics*, de Acordo com o Método Utilizado, [2003-2012]

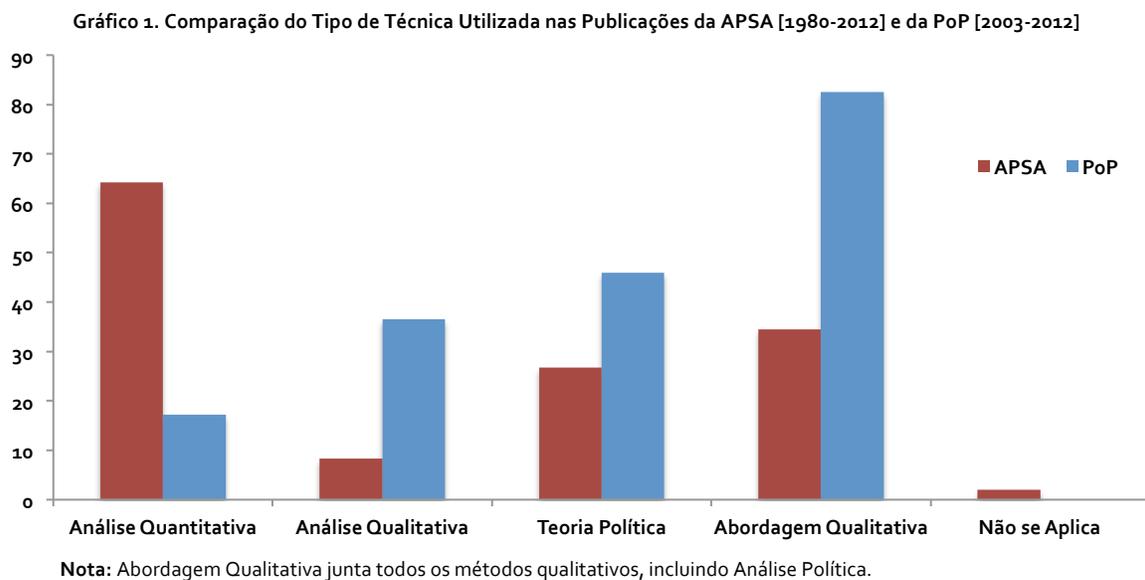
Método	2003-2008	2008-2012
Análise Teórica	50,53%	41,67%
Análise Histórica	34,74%	30,21%
Modelo estatístico	10,53%	21,88%
Entrevistas	0,00%	4,17%
Observação participante	0,00%	2,08%
Teoria dos jogos	2,11%	0,00%
Análise de texto	2,11%	0,00%

Fonte: *Perspective on Politics*

De qualquer forma, os dados relativos aos métodos utilizados mostram dois padrões bastante claros. Em primeiro lugar, quando consideramos artigos com orientação não-empírica, ou seja, aqueles classificados como análise teórica, encontramos um ponto de convergência em ambas as revistas. Nas duas há uma proporção importante de artigos com esse tipo de enfoque. Em outras palavras, as análises teóricas têm espaço garantido nesses periódicos científicos e ficam com um

naco considerável de suas páginas, principalmente na PoP, onde esse tipo de artigo ocupa mais de 40% de seus volumes. O segundo padrão refere-se aos artigos de orientação empírica. Nesse caso, é possível perceber uma divisão, aparentemente ambígua, nos perfis editoriais das duas revistas: enquanto a APSR tem uma orientação quantitativa bastante pronunciada, a PoP, ao contrário, investe num perfil mais qualitativo.

Para explicitar melhor essa orientação díspar quanto ao teor metodológico, apresentamos no Gráfico 1 os mesmos dados agrupados segundo a técnica, se qualitativa ou quantitativa. Recategorizados dessa forma, os artigos evidenciam ainda mais claramente essa orientação editorial aparentemente ambígua. Cerca de 64% dos artigos publicados na APSA utilizaram algum método quantitativo, o que na PoP representou em torno de 17%. Por sua vez, artigos de análise empírica qualitativa foram publicados cerca de três vezes mais na PoP do que na APSR.



Quando juntamos as análises teóricas aos estudos empíricos qualitativos, representados pela categoria “abordagem qualitativa” [na penúltima dupla de colunas, acima], esse viés se mostra ainda mais demarcado. Como se pode notar, quando juntamos todas as abordagens qualitativas, inclusive as teóricas, a predominância de artigos com esse perfil na PoP é indisputável: ao todo, a revista destina quase 90% de seu espaço para artigos com abordagens qualitativas. Na APSR, esse tipo de artigo representa menos de 40%, mesmo quando se agregam os artigos de análise teórica, que contam com considerável incidência nessa revista.

Vejam agora os dados referentes aos paradigmas. Devemos observar, inicialmente, que incluímos na análise algumas categorias que, pelo teor dos temas tratados nos artigos, discreparam da classificação principal: comportamentalismo e neo-institucionalismo. Esse foi o caso de análises ou reflexões normativas concentradas em autores, teorias, pensamento político, entre outros problemas de natureza lógica, não se enquadram em estudos empíricos voltados ao levantamento de informações sobre variáveis. Sendo essencialmente teóricos, tais artigos não tinham como preocupação central a explicação empírica do comportamento dos atores e, portanto, não recorreram a variáveis nem comportamentais [instituições sociais] e nem político-institucionais [regras de decisão coletiva, desenhos constitucionais, etc.]. Consequentemente, não puderam ser enquadradas em qualquer paradigma identificado pela literatura histórica sobre a evolução da Ciência Política.

A própria literatura histórica sobre a disciplina tampouco pode ser enquadrada em algum paradigma, assim como discussões de caráter metodológico. Por isso, além dos dois paradigmas canônicos, incluímos essas outras categorias classificatórias. Também encontramos poucos artigos que procuraram seguir, de forma híbrida, os dois paradigmas e, em razão disso, incluímos na análise essa categoria. Finalmente, encontramos uma proporção de artigos cuja classificação gerou grande dúvida e indecisão e, enquanto esse impasse não é resolvido, decidimos classificá-los como “não se aplica”. Não obstante, nosso foco central são os paradigmas.

Na tabela abaixo, apresentamos os dados referentes à evolução das frequências dos artigos publicados na APSR de acordo com os paradigmas adotados pelos autores. De partida, salta aos olhos uma informação que se choca com o conhecimento convencional que se firmou na disciplina nos últimos anos. Ao contrário do que afirma a literatura e creem os membros dessa comunidade científica, o neo-institucionalismo não é o paradigma hegemônico na Ciência Política desde os anos 1980, quando supostamente o comportamentalismo teria perdido seu predomínio. Tampouco há um paradigma hegemônico. Os dados mostram que, pelo menos nas páginas da principal revista da mais importante associação de cientistas políticos do mundo convivem dois paradigmas com importância equivalente: o comportamentalismo e o neo-institucionalismo.

Tabela 3. Distribuição da Frequência Proporcional de Artigos Publicados na American Political Science Review, de acordo com o Paradigma Adotado [2003-2012]

Paradigmas	1980-1985	1986-1990	1991-1995	1996-2000	2001-2005	2006-2010	2011-2012
Comportamentalismo	32,24	36,15	31,79	27,17	23,63	25,96	31,75
Neo-Institucionalismo	35,05	39,44	31,79	37,50	39,56	27,88	31,75
Teoria Política	23,83	17,37	31,79	30,98	26,37	24,04	23,02
História da CP	1,40	0,94	1,03	0,00	0,00	12,50	0,00
Metodologia	1,40	0,47	0,00	0,00	2,75	0,96	0,79
Híbrido	0,47	0,00	0,00	0,54	0,00	0,48	0,00
Não identificado	5,61	5,63	3,59	3,80	7,69	8,17	12,70

Fonte: American Political Science Review

Deve ser destacada também a elevada proporção de publicações de Teoria Política. Embora não se vincule a um paradigma específico, ou, talvez, alguns de seus artigos até pudessem ser classificados como representantes do institucionalismo antigo, as abordagens de Teoria Política, em alguns períodos, chegam a empatar ou até a superar as proporções dos paradigmas comportamentalista e neo-institucionalista.

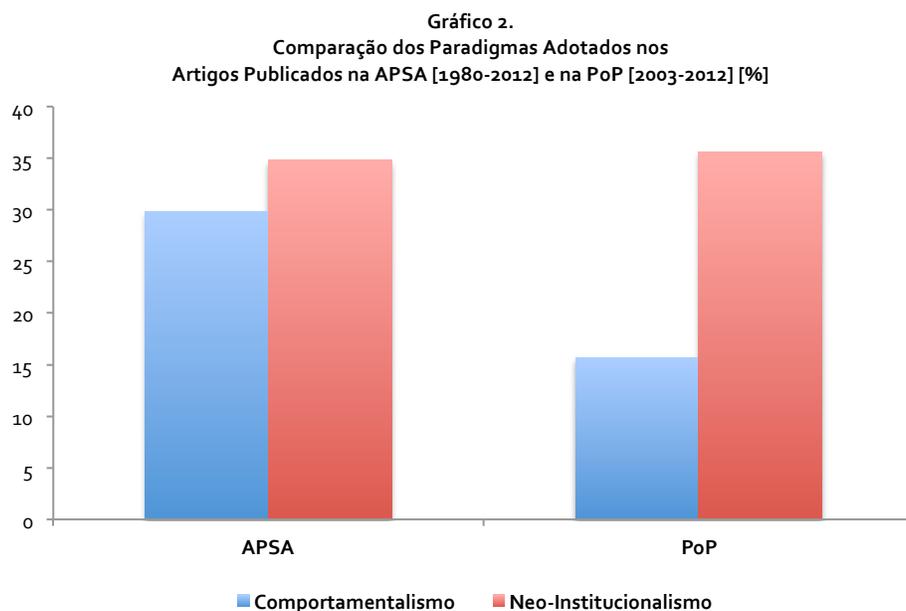
Na *Perspectives on Politics*, conforme mostra a tabela a seguir, a proporção de artigos de Teoria Política é ainda mais expressiva, ultrapassando o montante de artigos tanto comportamentalistas como neo-institucionalistas, e ocupando, assim, a primeira posição dentre os paradigmas representados nesse periódico. Com relação aos paradigmas canônicos, a PoP dá maior espaço ao Neo-Institucionalismo, que aparece com grande vantagem em relação ao Comportamentalismo.

Tabela 4. Distribuição da Frequência Proporcional de Artigos Publicados na Perspectives on Politics, de acordo com o Paradigma Adotado [2003-2012]

Paradigmas	2003-2007	2008-2012
Comportamentalismo	14,74%	16,67%
Neo-Institucionalismo	34,74%	36,46%
Teoria Política	35,79%	37,50%
Metodologia	7,37%	3,13%
Híbrido	4,21%	3,13%
Não identificado	3,16%	3,13%

Fonte: Perspectives on Politics

No confronto entre os dois paradigmas mais reconhecidos pela literatura, na o Neo-Institucionalismo leva clara vantagem em relação ao Comportamentalismo, conforme mostra o Gráfico 2, logo abaixo, especialmente na PoP. Porém, essa vantagem não é tão distanciada a ponto de podermos afirmar que há um paradigma hegemônico no perfil editorial dessa revista. Em realidade, há uma proporção importante de artigos comportamentalista, e, além disso, há ainda a prevalência numérica de publicações de Teoria Política. Isso significa que, assim como foi o caso da APSR, ao invés de um paradigma hegemônico, o que encontramos na *Perspectives on Politics* é uma convivência entre paradigmas.



Para encerrar, no quadro a seguir, apresentamos uma análise da relação entre os métodos e os paradigmas adotados a partir do índice de equivalência.¹² Com isso, poderemos avaliar melhor a desproporção na utilização de métodos e paradigmas, conforme o caso, a partir da análise do tamanho da diferença entre pares de valores. Como é possível perceber, a APSR dá ênfase muito maior à publicação de artigos com métodos quantitativos do que a PoP dá aos artigos com métodos qualitativos. Ou seja, cada revista privilegia um método, mas o peso dado pela APSR à sua metodologia preferida é bem maior. Quanto agregamos as análises de teoria política

¹² $IEq = A - B$, sendo A o maior valor proporcional em relação a B nos termos comparativos, considerados sempre em dupla. Desse modo, quanto mais similares forem as proporções obtidas pelos termos comparativos, mais próximo de zero será o valor do índice. Se dois termos tiverem os valores respectivos de 10% e 12%, então, $IEq = 12 - 10$, resultando em 2, ou seja, há bastante equivalência nas proporções. Se, pelo contrário, os valores respectivos forem, por exemplo, 10% e 40%, teremos um resultado igual a 30, mostrando equivalência muito baixa entre os dos valores.

aos métodos qualitativos a ênfase se inverte, pois a PoP dá grande peso aos artigos de análise teórica, em comparação com a APSR. Quando consideramos a orientação da análise dos artigos, se empírica ou teórica, encontramos um maior equilíbrio na PoP, que destina espaço bastante semelhante aos dois tipos de abordagem. Já a APSR mostra uma preferência extremamente vigorosa pelos artigos de escopo empírico.

Quadro 5. Índice de Equivalência na Relação entre Métodos e Paradigmas nos Artigos Publicados na APSA [1980-2012] e na PoP [2003-2012]

American Political Science Review	Relação [Método]	Índice de Equivalência	Favorecimento
	Quantitativo⇔Qualitativo	57,18	Artigos Quantitativos
	Quantitativo⇔Qualitativo+Teoria	30,48	Artigos Quantitativos
	Empíria⇔Teoria	46,60	Empíria
	Relação [Paradigma]	Índice de Equivalência	Favorecimento
	Neo-Inst. ⇔Comport.	4.92	Neo-Institucionalismo
	Neo-Inst. ⇔Teoria	9.54	Neo-Institucionalismo
	Comport. ⇔Teoria	4.62	Comportamentalismo
	Relação [Método]	Índice de Equivalência	Favorecimento
	Qualitativo⇔Quantitativo	19,37	Artigos Qualitativos
Qualitativo+Teoria⇔Quantitativo	64,44	Artigos Qualitativos	
Teoria⇔Empíria	8	Teoria	
Relação [Paradigma]	Índice de Equivalência	Favorecimento	
Neo-Inst. ⇔Comport.	19.90	Neo-Institucionalismo	
Teoria⇔Neo-Inst.	1.05	Teoria	
Teoria⇔Comport.	20.94	Teoria	

Com relação aos paradigmas, encontramos uma equivalência bem maior na APSR, que abre espaços bastante semelhantes para artigos comportamentalistas e neo-institucionalistas, assim como para artigos de Teoria Política. Na PoP, há uma ligeira pendência para os artigos neo-institucionalistas em relação aos comportamentalistas, mas um equilíbrio na relação entre artigos comportamentalistas e teóricos, assim como entre teóricos e neo-institucionais.

Portanto, de modo geral, a APSR privilegia artigos empíricos e quantitativos, e a PoP, inversamente, prefere artigos teóricos e qualitativos. Mas, na PoP, a preferência por artigos teóricos não é tão distanciada em relação à proporção de artigos empíricos. O que mais distingue as duas revistas é a ênfase dada à quantificação, que é bastante maior na *American Political Science Review*. Por outro lado, em ambas não existe um único paradigma hegemônico, apesar da ênfase um tanto maior que a *Perspectives on Politics* confere ao neo-institucionalismo. Comportamentalismo e Neo-Institucionalismo coexistem em grande equilíbrio no perfil editorial desses periódicos, que ainda dedicam espaço equivalente às discussões de Teoria Política.

CONCLUSÃO

Os resultados apresentados nesta análise mostram que a mais importante revista da *American Political Science Association*, ou seja, a *American Political Science Review* representa um espaço que privilegia a publicação de artigos que sinalizam que o ideal científico a ser seguido é o das pesquisas quantitativas. Esta tem sido o padrão metodológico da revista pelo menos desde a consolidação da assim chamada “revolução comportamentalista”, nos anos 1960. Nossos dados mostraram que a APSR acolheu em suas páginas dois paradigmas concorrentes, o Neo-Institucionalismo e o Comportamentalismo, e não apenas um único paradigma hegemônico, o que evidencia certo grau de pluralismo em relação a esse aspecto. Contudo, apesar das divergências epistemológicas, esses dois paradigmas convergem num ponto: a abordagem científica ideal é a quantitativa. Por isso, apesar da inexistência de um paradigma dominante, do ponto de vista metodológico, prevaleceram destacadamente as abordagens quantitativas. Embora a APSR tenha destinado espaço importante para a Teoria Política, quando se trata de pesquisas empíricas, as técnicas preferidas são estatísticas ou matemáticas.

Diante disso, fazem todo o sentido as alegações dos “rebeldes” que se levantaram no interior da comunidade em oposição à hegemonia da quantificação. O movimento do Mr. Perestroika desencadeou um processo de contestações a partir de um *e-mail* subscrito com este nome —e, não menos sugestivamente, com o sobrenome de Glasnost— à direção da APSA e à editoria da APSR, em Outubro de 2000. Dentre outras perguntas trazidas pela mensagem, Mr. Perestroika Glasnost questionava a razão pela qual pesquisadores importantes e mundialmente

reconhecidos não consideravam relevantes nem a APSA e nem a APSR. Perguntou ainda o porquê da não publicação, na APSR, de artigos de comparativistas que fizeram estudos de área considerados relevantes. Por que, insistia, nenhum desses pesquisadores fazem parte da diretoria ou presidência da APSA? Por que toda a disciplina, que é tão diversa, vê-se representada por praticantes da teoria dos jogos? Mr. Perestroika conclui, então, que isso ocorria porque a APSR representa um pequeno grupo poderoso e pouco representativo que controla a APSA —aquilo a que ele chama de “East Coast Brahmins”.

Essa missiva causou grande impacto e provocou um intenso debate que, de certo modo, ainda está em curso. Seminários foram realizados, cursos foram organizados, artigos e livros sobre o tema foram publicados. Talvez, um dos resultados mais palpáveis e relevantes desse *methodstreint* tenha sido a criação de uma revista, digamos, “alternativa” por parte da APSA. Em 2003, foi lançada a *Perspectives on Politics*, com o objetivo de ser uma plataforma mais pluralista para as reflexões e as divulgações de pesquisas para os cientistas políticos. A revista seria mais aberta não apenas a estilos de escrita diversos, mas também às inovações temáticas, a pesquisadores de outros países e às metodologias. Neste último caso, o maior acolhimento aos artigos de orientação qualitativa deveria ser a tônica, embora não fossem vetadas quaisquer publicações de viés quantitativo.

Com isso, a *American Political Science Association* parecia recorrer a uma estratégia que chamamos de ambígua no que se refere à sua função acadêmica de sinalização dos valores científicos a serem seguidos pela comunidade. Olhadas em conjunto, as duas publicações poderiam dar uma sinalização “esquizofrênica”, pois cada qual abrigaria um ideal científico diferente e, em certo sentido, divergente. A *American Political Science Review* continuaria sinalizando as metodologias quantitativas como as mais indicadas para as pesquisas científicas, e, ao mesmo tempo, as metodologias qualitativas também seriam aceitas como igualmente válidas nas páginas da *Perspectives on Politics*.

Esse tipo de estratégia pode até parecer incoerente para quem observa a APSR em busca de uma comunidade homogênea de cientistas em torno de um paradigma hegemônico e de uma metodologia consensual. Porém, do ponto de vista do “realismo político” necessário à manutenção da coesão comunitária, essa ambiguidade é o que permite a “convivência pacífica” de sub-comunidades num contexto de heterogeneidade de valores científicos. A partir da análise dos perfis editoriais das revistas, deduzimos que ocorreu uma situação que poderia se enquadrar

nos tipos 3 ou 4 de conflito/cooperação que conjecturamos na discussão teórica deste texto. Sem um grupo majoritário e com algum grau de fragmentação, que pode ser alto ou baixo [não temos elementos para a determinação dessa gradação], as estratégias de cooperação que se mostraram disponíveis foram duas, quais sejam, a formação de uma coalizão majoritária ou algum acordo de tolerâncias mútuas e coabitação com partilha dos “meios de produção acadêmica”. Nossa suposição inferencial aponta para esta segunda estratégia de cooperação, do seguinte modo. A criação da PoP permitiu que, de uma parte, a APSA pudesse manter o mesmo perfil editorial da APSR, investindo na quantificação, e, de outra, tornou possível alguma distensão no interior da comunidade, ao permitir que artigos com perfis mais qualitativos, ensaísticos e com elevado grau de inovação temática pudessem ser publicados na nova revista, que passaria a ser “governada” pelos dissidentes.

Essa estratégia da ambiguidade tem ainda outro aspecto importante, pois, combina pluralismo com dogmatismo. Como mostrado nos dados que analisamos, a APSA tem uma sinalização pluralista por meio de duas revistas que, em conjunto, acomodam metodologias, temas e abordagens variadas. Porém, quando analisamos cada revista separadamente, encontramos certo grau de dogmatismo metodológico nas duas: a APSR tem orientação quantitativa; a PoP tem orientação qualitativa. Essa orientação mais qualitativa da PoP se justifica pelo necessário contraponto que a APSA se viu obrigada a fazer em relação ao quantitativismo da APSR. Em outras palavras, para manter a elevada quantificação na *American Political Science Review*, foi inevitável a orientação qualitativa dada à revista *Perspectives on Politics*. Portanto, para parecer pluralista e, ao mesmo tempo, manter o dogmatismo quantitativo da APSR, a *American Political Science Association* lançou uma revista com uma orientação também dogmática do ponto de vista metodológico, só que favorável às abordagens qualitativas. Assim, a estratégia da ambiguidade da APSA permite uma articulação de dogmatismo com pluralismo e, ao mesmo tempo, indica a existência de uma cooperação entre grupos cientificamente heterogêneos na forma de um “acordo de cavalheiros” para uma convivência com tensão reduzida em virtude de um compartilhamento dos “meios de produção acadêmica”, ou seja, suas principais revistas.

Em realidade, essa heterogeneidade interna de grupos com poder mais ou menos equivalente não apenas se expressa na forma de um pluralismo metodológico por meio de um dogmatismo contrabalançado entre as duas revistas, mas também pela coexistência de paradigmas. Nossos dados mostraram que, ao contrário do que

afirma a literatura especializada na história e na epistemologia da Ciência Política norte-americana, o Neo-Institucionalismo não é o paradigma hegemônico no contexto atual em nenhum dos dois periódicos. Não houve sequer o declínio tão pronunciado do paradigma comportamentalista a partir da década de 1990, como se afirma comumente. Pelo contrário, em ambas as revistas, o Neo-Institucionalismo e o Comportamentalismo aparecem com elevada equivalência nos artigos analisados. Além disso, encontramos também um espaço considerável para artigos de Teoria Política. Podemos então concluir que a Teoria Política tem importância semelhante aos artigos de orientação empírica e que, no caso dos artigos empíricos, os paradigmas neo-institucionalista e comportamentalista têm incidência semelhante.

Tudo isso mostra que a APSA, refletindo a comunidade da Ciência Política norte-americana, é heterogênea, e essa diversidade de métodos e paradigmas é a base da formação de subcomunidades em seu interior. Se há uma identidade comum dos cientistas políticos, seja qual for, ela é confrontada o tempo todo com identidades mais específicas, relativas às crenças e aos valores científicos dos grupos que aderem a certo paradigma e a certa metodologia no âmbito de uma sub-comunidade. A manutenção da integridade da comunidade maior cobra o preço da adoção a algum grau de pluralismo e a crença no próprio pluralismo como um “valor sagrado” capaz de manter a coesão de algo tão diversos, mesmo que seja um pluralismo baseado na tolerância ao dogmatismo alheio e, do ponto de vista prática, na partilha negociada de espaços em revistas e encontros científicos.

BIBLIOGRAFIA

ACHINSTEIN, Peter and BARKER, Stephen (1969). *The Legacy of Logical Positivism: Studies in the Philosophy of Science*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.

ADCOCK, Robert and BEVIR, Mark (2005). “The History of Political Science”, *Political Studies Review*, 05, pp. 1-16.

ALMOND, Gabriel (1990). *A Discipline Divided: Schools and Sects in Political Science*. London: Sage.

ARMSTRONG, D. (1973). *Belief, Truth and Knowledge*. Cambridge: Cambridge University Press.

AUDI, Robert (1998). *Epistemology: A Contemporary Introduction to the Theory of Knowledge*. Cambridge: Cambridge University Press.

- AYER, Alfred (1959). *Logical Positivism*. Glencoe: Free Press.
- BALL, T. (1976). "From Paradigms to Research Programs: Towards a Post-Kuhnian Political Science", *American Journal of Political Science*, 20/01, pp. 151-177.
- BERGMANN, Gustav (1954). *The Methaphysics of Logical Positivism*. New York: Longmens Green.
- BERNDTSON, Erkki (1987). "The Rise and Fall of American Political Science: Personalities, Quotations, Speculations", *International Political Science Review*, 08/01, pp. 85-100.
- BIRD, Alexander (2000). *Thomas Kubn*. Princeton: Princeton University Press.
- CHISHOLM, Roderick (1977). *Theory of Knowledge*. Englewood Cliffs: Prentice Hall.
- DAVIS, Paul and BROWN, Julian (Eds.) (1992). *Superstrings: A Theory of Everything?* Cambridge: Cambridge University Press.
- DRYZEK, John (2006). "Revolutions Without Enemies: Key Transformations in Political Science", *American Political Science Review*, 100/04, pp. 487-492.
- EASTON, David (1985). "Political Science in the United States: Past and Present", *International Political Science Review*, 06/01, pp. 133-152.
- EASTON, David (1969). "The New Revolution in Political Science", *American Political Science Review*, 63/04, pp. 1051-1061.
- FLYVBJERG, Bent (2006). "A Perestroikan Straw Man Answers Back: David Laitin and Phronetic Political Science": In: SCHRAM, S. and CATERINO, B. (Eds.). *Making Political Science Matter: Debating Knowledge, Research, and Method*. New York: New York University Press.
- FRIEDMAN, Michael (1999). *Reconsidering Logical Positivism*. Cambridge: Cambridge University Press.
- FULLER, Steve (2000). *Thomas Kubn: A Philosophical History for our Times*. Chicago: University of Chicago Press.
- GIERE, Ronald and RICHARDSON, Alan (1997). *Origins of Logic Positivism*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- GREENE, Brian (2003). *The Elegant Universe: Superstrings, Hidden Dimensions, and the Quest for the Ultimate Theory*. New York: W. W. Norton and Co.
- HOCHSCHILD, Jennifer (2003). "Editor's Note: Introduction and Observations", *Perspectives on Politics*, 01/01, pp. 01-04.
- HOYNINGEN-HUENE, Paul (1993). *Reconstructing Scientific Revolutions: Thomas Kubn's Philosophy of Science*. Chicago: University of Chicago Press.
- JABLONKA, Eva and LAMB, Marion (2005). *Evolution in Four Dimensions: Genetics, Epigenetics, Behavioral, and Symbolic Variation in the History of Life*. Cambridge: MIT Press.

- JACKSON, Patrick (2006). "A Statistician Strikes Out: In Defense of Genuine Methodological Diversity"; In: SCHRAM, S. and CATERINO, B. (Eds.). *Making Political Science Matter: Debating Knowledge, Research, and Method*. New York: New York University Press.
- KRAFT, Victor (1953). *The Vienna Circle: The Origin of Neo-Positivism*. New York: Greenwood Press.
- KUHN, Thomas (2009). *A Estrutura das Revoluções Científicas*. Lisboa: Guerra e Paz.
- MARCH, James and OLSEN, Joan (2008). "Neo-Institucionalismo: Fatores Organizacionais na Vida Política", *Revista de Sociologia e Política*, 16/31, pp. 121-142.
- _____ (2006). "Elaborating the New Institutionalism"; In: RHODES, A; BINDER, S. and ROCKMAN, B. (Eds.), *Oxford Handbook of Political Institutions*. Oxford: Oxford University Press.
- MARSH, David and SAVIGNY, Heather (2004). "Political Science as a Broad Church: The Search for a Pluralist Discipline", *Politics*, 24/03, pp. 155-168.
- MILLER, Gary (1997). "The Impact of Economics on Contemporary Political Science" *Journal of Economic Literature*, 35/03, pp. 1173-1204.
- MISES, Richard von (1951). *Positivism: A Study in Human Understanding*. Cambridge: Harvard University Press.
- PERES RANSANZ, A. (1999). *Kuhn y el Cambio Científico*. México: Fondo de Cultura Económica.
- PERES, Paulo (2008). "Comportamento ou Instituições? A Evolução Histórica do Neo-Institucionalismo da Ciência Política", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 23, No. 68, pp. 53-72.
- POLCHINSKI, Joseph (1998). *String Theory*. Cambridge: Cambridge University Press.
- POLSBY, Nelson (1998). "Social Science and Scientific Change: A Note on Thomas Kuhn's Contribution", *Annual Review of Political Science*, 01, pp. 199-210.
- POPPER, Karl (1974). *A Lógica da Pesquisa Científica*. São Paulo: Cultrix.
- _____ (1980). *Conjecturas e Refutações: Pensamento Científico*. Brasília: UnB.
- _____ (1999). *Conhecimento Objetivo: Uma Abordagem Evolucionária*. Belo Horizonte: Itatiaia.
- RICHARD, Francis (2012). *Epigenetics: How Environment Shapes our Genes*. New York: W. W. Norton and Co.
- _____ (2011). *Epigenetics: The Ultimate Mystery of Inheritance*. New York: W. W. Norton and Co.

- RIKER, William (1980). "Implications from the Disequilibrium of Majority Rule for the Study of Institutions", *American Political Science Review*, pp. 432-446.
- _____. (1990). "Political Science and Rational Choice"; In: ALT, James and SHEPSLE, Kenneth (Eds.), *Perspectives on Positive Political Economy*. Cambridge: Cambridge University Press.
- _____. (1977). "The Ferment of the 1950s and the Development of Rational Choice Theory"; In: MOROE, Kristen (Ed.), *Contemporary Empirical Political Theory*. Berkeley: University of California.
- SCHRAM, Sanford and CATERINO, Brian (Eds.) (2006^a). *Making Political Science Matter: Debating Knowledge, Research, and Method*. New York: New York University Press.
- _____. (2006^b). "Introduction: Reframing the Debate"; In: SCHRAM, S. and CATERINO, B. (Eds.). *Making Political Science Matter: Debating Knowledge, Research, and Method*. New York: New York University Press.
- SCHRAM, Stanford (2006). "Return to Politics: Perestroika, Phronesis, and Post-Paradigmatic Political Science"; In: SCHRAM, S. and CATERINO, B. (Eds.). *Making Political Science Matter: Debating Knowledge, Research, and Method*. New York: New York University Press.
- SCHWARTZ-SHEA, P. (2006). "Conundrums in the Practice of Pluralism"; In: SCHRAM, S. and CATERINO, B. (Eds.). *Making Political Science Matter: Debating Knowledge, Research, and Method*. New York: New York University Press.
- SIL, Rudra (2004). "Problems Chasing Methods or Methods Chasing Problems? Research Communities, Constrained Pluralism, and the Role of Eclecticism"; In: SHAPIRO, I.; SMITH, R. and MASOUD, T. (Eds.), *Problems and Methods in the Study of Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- SHAPIRO, Ian (2004). "Problems, Methods, and Theories in the Study of Politics, or: What's Wrong with Political Science and what to do About it"; In: SHAPIRO, I.; SMITH, R. and MASOUD, T. (Eds.), *Problems and Methods in the Study of Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- SHAPIRO, Ian; SMITH, Rogers and MASOUD, Tarek (2004). "Introduction: Problems and Methods in the Study of Politics"; In: SHAPIRO, I.; SMITH, R. and MASOUD, T. (Eds.), *Problems and Methods in the Study of Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- THIELE, Leslie (2006). "Making Intuition Matter"; In: SCHRAM, S. and CATERINO, B. (Eds.). *Making Political Science Matter: Debating Knowledge, Research, and Method*. New York: New York University Press.
- TRUMAN, David (1965). "Disillusion and Regeneration: The Quest for a Discipline", *American Political Science Review*, 58/04, pp. 865-873.
- WAHLKO, John (1978). "Pre-Behavioralism in Political Science", *The American Political Science Review*, 73/01, pp. 09-31.